

Publicamos abaixo a correspondência que enviamos na última sexta-feira (12) ao jornal O Estado de S. Paulo, em resposta ao editorial que publicou no último dia 9:

“Admiradores há anos da qualidade do jornal “O Estado de S. Paulo”, fomos surpreendidos por informações contidas no editorial publicado por esse jornal no último dia 9 de fevereiro de 2016, com o título “[A porta já foi arrombada](#)”.

O texto trata do déficit de alguns fundos de pensão, classificados erroneamente como “rombos”, de uma forma simplista, ou seja, levando em conta resultados de curto prazo. Como se sabe, os fundos de pensão, pela natureza de suas atividades, são administradores do futuro de seus participantes e, portanto, suas obrigações (passivos e direitos (ativos) são de longo prazo. Por isso, é preciso tomar cuidado quando se avaliam essas fundações com métricas de curto prazo, porque elas podem levar a enganos no diagnóstico.

O texto publicado pelo jornal olha para a foto, e não para o filme, como seria adequado ao tratar do assunto. Quando se olha para o longo prazo, vê-se que nosso sistema de fundos de pensão mostra destacada solidez. A rentabilidade acumulada do sistema em 15 anos (2001 a novembro de 2015) somou 678%, bem acima da meta atuarial de 549%. Além disso, os pagamentos de benefícios de prestação continuada (aposentadoria programada, invalidez, pensões, auxílios e outros) somaram R\$ 49,6 bilhões em 2014, realizados religiosamente em dia.

Na comparação com mercados de outros países tidos como referência no setor, o Brasil também tem resultados positivos a apresentar. Os ativos dos fundos de pensão do Brasil tiveram crescimento de 8,1% em dez anos, ou seja, o sexto mais elevado entre países de tradição nesse setor, como o Estados Unidos, Reino Unido, Canadá e Holanda. O Brasil é destaque também quanto ao nível de solvência, que é de 107%, bem acima de Estados Unidos, Reino Unido, Canadá e Suíça.

O sistema de fundos de pensão tem feito um enorme esforço de atualização de premissas atuariais, particularmente no que se refere a tábuas biométricas e a taxas de juros, consumindo boa parte do excedente atuarial gerado. Esse sistema tem, reconhecidamente, elevado padrão de governança e fiscalização, que tem sido constantemente aprimorado com base nas boas práticas defendidas pela OCDE.

Tendo em vista essa realidade, gostaríamos de reafirmar nosso estranhamento em relação ao editorial publicado por esse jornal e nos mantemos sempre à disposição para fornecer as informações que julgarem necessárias, em nome da tradição de jornalismo de alto nível que “O Estado de S. Paulo” transformou em um de seus maiores patrimônios.”

**Fonte:** [Abrapp](#), em 15.02.2016.